

Constituinte limitará ação dos pequenos

O regimento da Constituinte, pelo esboço que o seu virtual presidente, o deputado Ulysses Guimarães, pretende aprovar, poderá reduzir pela metade a ação isolada de cada um dos 12 partidos nela representados, pois sugere a formação de lideranças partidárias somente no caso de a agremiação ter no mínimo 15 constituintes, estimulando com isso a criação de blocos partidários. O regimento determina ainda que a comissão constitucional, também chamada de «grande comissão», terá que ter 83 integrantes — Esse número foi obtido a partir do critério da proporcionalidade, considerando-se que nenhum partido ficará sem representantes nessa comissão.

O esboço de regimento, elaborado pelo jurista Miguel Reale e pelos deputados Prisco Vianna (PMDB-BA), Euclides Scalco (PMDB-PR) e Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), sugere também que a grande comissão tenha um presidente eleito e um relator designado. Com isso, o PMDB, que reivindica para si o segundo cargo, pode indicar um nome afinado com a direção partidária — entre os cotados para essa função estão o próprio Prisco Vianna e o atual líder Pimenta da Veiga.

Sem limite

O esboço, no entanto, não determina o limite para um partido ser representado na Constituinte através de liderança. Por enquanto, diz apenas que «cada partido ou grupo de partidos se fará representar na Constituinte por um líder eleito». Ulysses e os autores do esboço do documento já fixaram porém o limite de 15 para não prejudicar o PT, que tem 16 representantes, e o PTB, que tem 17. A aprovação dessa proposta elimina na Constituinte as lideranças no PCB, PSB, PL, PSC, PDC e PC do B.